ala

QUINZENÁRIO DOS UNIVERSITÁRIOS CATÓLICOS DE PORTUGAL

SER E MOVIMENTO

por MANUEL SALDIDA

O pensamento filosófico de S. Tomaz assenta numa dupla convicção:

1 — Certeza de que a nossa inteligência é capaz de conhecer a essência das coisas, as causas, os fins e as leis que regem o mundo das aparências. S. Tomaz adere, convictamente, à realidade e à cognoscibilidade duma ordem supra-sensível, à possibilidade e realidade da Metafísica.

2 — Convicção da existência real da ordem sobrenatural, da revelação feita ao homem por Deus e conhecida pela inteligência humana, iluminada pela luz da fé.

A doutrina metafísica do Aquinense tem como objecto o ser-enquanto-ser e baseia-se na convicção epistemológica de que o nosso entendimento pode, através das aparências, dos acidentes, penetrar na essência das coisas. Isto, porém, não exige de modo algum uma igualdade mecânica entre o modo do conhecimento e o modo de ser do objecto.

Da doutrina aristotélica, tirou S. Tomaz a divisão do ser-em-potência (possibilidade ou disposição) e do ser-em-acto (actuação ou realização). Esta divisão é aplicada a questões filosóficas e teológicas. As ideias de potencia e acto, duas colunas da metafísica tomista, fundamentam também, no sistema de S. Tomaz, a lei da causalidade-base da demonstração da existência de Deus.

Tudo muda na natureza. Esta apresenta-se-nos como um conjunto de seres que se movem. As estações sucedem às estações, os anos aos anos, os seres vivos nascem, crescem e morrem, a neve transforma-se em água e vice-versa, etc.. Ora uma coisa que muda, por exemplo, a neve, é por sua vez neve e não-neve, água e não-água. Parece, à primeira vista, haver aqui uma violação do princípio de contradição. Segundo este princípio, uma coisa é o que é. Ora para que a neve possa vir da água é necessário que a água seja, de algum modo, neve. A água seria e não seria água.

O movimento é um facto tão comum, tão fundamental na experiência que, constantemente, nos passa despercebido. E, no entanto, o problema do movimento ocupa um lugar central na especulação filosófica.

Como conciliar o movimento com o princípio de contradição? Eis o problema cuja solução originou o combate entre a escola de Parmênides e a de Heraclito.

Aristóteles estudou também o problema e para lhe dar uma solução racional dividiu o ser em potência e em acto. São estes os dois estados fundamentais do ser.

Parménides e os seus discípulos tinham concluído pela unidade, unicidade e imobilidade do ser. Dada a impossibilidade do movimento, impunha-se a conclusão pela univocidade do ser.

Heraclito contradiz o pensamento de Parménides, negando a estabilidade e concluindo pela realidade do movimento.

Estas soluções extremas são devidas, segundo Aristóteles, a não se tomar em conta a divisão do ser-em-potência e do ser-em-acto.

A neve que se fundiu era já água-em-potência e a água não derivou da não-água o que seria absurdo, mas da água-em-potência. Para que a água-em-potência se transformasse em água-em-acto foi necessário o movimento. Basta considerar a ideia de ser para compreendermos que há duas maneiras de ser: o ser-em-acto, ser real, completo, acabado e o ser-em-potência, o poder-ser, o ser possível. O ser-em-acto e o ser-em-potência são duas maneiras de ser que se opõem ao não-ser. O ser-em-potência é uma realidade possível. Simplesmente, para que a possibilidade passe a acto é necessário o movimento.

É na «Física» que Aristóteles expõe a teoria geral do movimento. A existência do movimento é um facto incontestável. Existe nas coisas naturais, isto é, nas coisas que constituem o objecto próprio da Física. Não se pode negar a existência do movimento sem se cair nas mais profundas contradições.

Mas, o que é o movimento?

Para respondermos à pergunta, consideremos um facto muito simples: um homem ignorante que se instruiu. Há aqui uma mudança de estado, um movimento. Nesta passagem do estado de ignorância para o estado de instrução, podemos considerar três momentos:

1 — Um homem ignorante que deixa de existir;

2 — Um homem que não é ignorante, nem instruído;

3 — Um homem instruído.

Há, portanto, nesta mudança, um ponto de partida, uma passagem e um ponto de chegada.

É certo que o nada, nada pode produzir. Portanto, o homem não-instruído não se pode tornar instruído só pelo facto de ser ignorante. Por outro lado, o homem instruído só por si não explica a passagem da ignorância para a instrução. O movimento não pode ser explicado pelo termo, pelo fácto de que este não existe ainda.

Portanto, nem a ignorância, nem a instrução explicam a passagem da primeira para a segunda.

Mas, nem por isso nos é lícito regeitar o movimento que é um facto contestado pela experiência quotidiana. Como resolver a questão?

(conclue na pág. 5)

Carta ao José Manuel

Meu caro José Manuel

Falaste-me no teu empenho de esclarecer, cristãmente, os diversos problemas que um rapaz como tu pode ir encontrando pelo caminho. É ótimo êsse desejo de achar um «sentido» à multiplicidade dispersa, porque supõe, recíprocamente, uma ânsia de unificação íntima, e portanto, de força e saúde moral. E assim, o primeiro conselho que te dou é o de manteres sempre viva essa preocupação, em boa hora nascida.

Bem sabes tu como certos autores modernos teem complacentemente cultivado a desagregação da personalidade. Tiram-se dessa luta inglória alguns efeitos literários, mais aparentes que reais. Mas, para que serve o homem dividido e decadente, entretido a acariciar, com as mãos febris, as ruínas da própria vida?

Se bem reparas, a desagregação interior é o reflexo de um mundo sem sentido, é a correspondência subjectiva e vivida, do lento desarticular das estruturas da realidade, feridas por um cepticismo de morte. Quem duvida das coisas duvida de si mesmo. Pois não será o nosso conhecimento uma assimilação de sujeito-objecto? Quem conhece, faz-se de alguma maneira a coisa conhecida, e esta, reciprocamente, torna-se o sujeito que a compreende. Assim, se as coisas e acontecimentos se nos apresentam desemparceirados, com certo ar de estranheza e desconexão mútua, então quer dizer que o nosso eu se transformou, também, numa espécie de quarto de arrumações, de feira da ladra, donde cada um pode levar o que quiser. O nosso olhar perdeu aquela luz unificadora que dava à dispersão o parentesco oculto dos grandes desígnios.

E que pena me fazem, José Manuel, tantos rapazes católicos que por aí se vêem! Na posse do segredo, deixam-no inactivo, como semente de luz sufocada ao fundo do olhar que não sabe nem quer ler, com a nascente claridade interior, a paisagem ultra-terrena do além das aparências. Possuem algumas noções vagas e pouco convictas sobre as grandes linhas do destino humano; sabem que devem assistir, aos domingos, a uma cerimónia protocolar de meia hora, e que, pelo menos uma vez ao ano, são obrigados a confessar as suas culpas e a receber o Corpo de Deus. São *católicos de vez em quando*, com intermitências; não chegaram a adquirir o *estilo cristão*, porque, no trabalho e no desporto, na dor e na alegria, no estudo e no amor, andam à mercê da disposição do momento, recebendo de fora, passivamente, a posição que lhes imprimem os factos.

Organizar pensamento e acção à volta de uma ideia e de um amor, sintetizar a vida num «sentido» absorvente, isso é privilégio dos fortes, dos que, não consentindo na divisão, ambicionam a totalidade, e vão selando as coisas por que passam com o mote do próprio ideal. Quando foste em peregrinação, á Fátima, há dois meses, visitaste a Batalha. Talvez te tenham feito notar, no pórtico manuelino das Capelas Imperfeitas, como o artista foi gravando, de mil maneiras, naquele rendilhado riquíssimo, o mote de D. Duarte, o rei leal: «Leauté la ferai, tant que serai». E este «tant que serai» afirmativo vai-se repetindo como eco dum propósito inabalável, duzentas vezes só na face exterior do pórtico. É a santa obsessão dum lema de vida, unificador e totalizante.

Ainda antes de o totalitarismo nazi ter sido vencido e desacreditado na guerra, já a Igreja o condenara. Mas o mal não estava em totalizar a vida; estava, sim, na má escolha do princípio dominante. Porque, no bom sentido da palavra, ninguém mais totalitário que o católico. Lê os capítulos I e II da Epístola aos Colossenses onde S. Paulo nos diz tudo o que Cristo é e deve ser para nós: «a imagem de Deus invisível, o primogénito de toda a criatura, o fundamento onde se firmam todas as coisas, no céu, e na terra, aquele por Quem e em Quem tudo foi criado». Que devemos nós fazer, portanto, senão «radicarmo-nos nEle e edificarmos sobre Êle a nossa vida, confirmando-nos na Fé»?

Vamos pois, José Manuel, a construir a nossa existência sobre este fundamento inabalável. Vamo-nos unificando, referindo todas as coisas à Verdade Incarnada, e ganhando assim, aquele «sentido de Cristo» de que fala o mesmo S. Paulo aos Coríntios. Que linda expressão esta: «o sentido de Cristo»: esse instinto de conformidade por simpatia, que nos leva, espontâneamente, a adoptar o tom ou estilo cristão, a cada momento da nossa vida. Não falam vocês, muitas vezes, das «meninas cinéfilas»? Pois aí tens o que é um «sentido». De tanto se verem passar diante dos olhos aventuras e atitudes, os filmes vão deixando sulcos naquelas almas, os gestos de quem vê conformam-se a pouco e pouco, sintonizando-se, por simpatia, com os gestos de quem corre no alvo, e sem se cair na conta, adquire-se uma maneira ou estilo de vida.

Não será muito mais nobre conformar-nos com Cristo, que ainda que, por impossível, não fosse Deus, seria o mais belo, santo e amável dos filhos dos homens? Claudel queria que a sua obra poética fosse uma lenta e funda cristianização interior. Pois é o que deve ser a nossa vida. Vamos, então, a procurar que os exemplos do Mestre sejam a pauta do nosso proceder, e que as suas palavras de sabedoria e vida se tornem a alma dos nossos actos. Cristo irá assim, ao mesmo tempo, cristianizando a nossa visão da realidade, e cristianizando o nosso interior.

(conclue na pág. 5)

SEGRETERIA DI STATO
DI SUA SANTITÁ

Dal Vaticano, li 9 de mayo de 1946

Senhor Presidente de PAX ROMANA:

As circunstâncias passadas impediram celebrar, até o momento presente, o XIX Congresso Mundial de PAX ROMANA, marcado desde o ano de 1939.

Durante este longo período de tempo, um sem número de obstáculos dificultaram a sua organização, o desenvolvimento da sua intensa e benemérita actividade. Contudo, os nobres propósitos que animaram constantemente os dirigentes da Associação, fazem conceber as mais lisonjeiras esperanças de que o trabalho de PAX ROMANA, enriquecido pela observação e estudo dos broblemas que hoje surgem, longe de desmerecer de tudo quanto até até à data realizou, obterá, no futuro, novas conquistas no ambiente universitário.

A solenidade deste Congresso coincide muito oportunamente com o IV centenário do P. Francisco de Vitória, O. P., e tanto este facto, como os lugares onde se celebrará — Salamanca e Escorial, ambiente de ciência e piedade da católica Espanha — hão-de trazer à memória dos assistentes as célebres lições do insigne mestre do Direito Internacional, que ensinam, com a mesma actualidade que há séculos, que o direito cristão é o único capaz de ligar com vínculos duradouros povos e nações.

São estes os luminosos princípios que S. S. Pio XII tem exposto nestes tempos de ódio e rancores para remédio dos males actuais e como base inabalável que torna possível o restabelecimento da harmonia e concórdia internacionais. Por isso, uma das resoluções mais eficazes que o Congresso pode adoptar é promover com cursos, reuniões, conferências e outros meios o conhecimento destas orientações pontifícias, mensageiras de paz para a humanidade.

O Augusto Pontífice renova, nesta ocasião, os seus paternais votos pelo trabalho de PAX ROMANA e implora do Espírito Santo abundante graça sobre os trabalhos do Congresso, para que produzam os maiores frutos. Com estes desejos, concede-lhe de todo o coração, Senhor Presidente, que tanto trabalhou pelo êxito desta assembleia, aos delegados e Congressistas, uma especial Bênção Apostólica.

Reiterando o testemunho da minha maior consideração, sou sempre ao seu dispor

J. B. MONTINI
Sust.

«ALA»

«ALA» suspendeu a sua publicação por cerca de um mês. E a explicação é muito fácil: os 2 únicos jucistas que aqui trabalham a valer tiveram, como todos os seus colegas, um período aflitivo de exames, neste mesmo mês. E não puderam hesitar no caminho a seguir! Por isso, apresentamos aos nossos leitores as nossas sinceras desculpas, aproveitando a ocasião para lhes lembrar que muito precisamos da vossa ajuda nesta obra que tem de ser de todos. E aguardamos!

AVE MARIA

A PAZ DO SENHOR SEJA CONVOSCO

COM as mesmas palavras com que iniciamos sempre os nossos trabalhos, com as mesmas palavras com que os nossos irmãos dos primeiros tempos se fortaleciam na sua Fé, nós, os estudantes espanhois, queremos oferecer-vos o abraço de boas-vindas.

A vós, irmãos das Américas: a Espanhola, a do Norte, unidas na empresa comum.

A vós, irmãos de Portugal, unos na carne e na terra, como unos no entusiasmo.

A vós, irmãos da Europa: A Europa ferida nos campos da Itália, dividida nos povos centrais e esperançosa nas ilhas saxónicas.

A todos e para sempre, a Paz.

Porque nos obriga um dever iniludível, porque o mundo necessita de todos nós, porque o Papa o pede e Deus o quere, temos de nos unir numa grande Cruzada de amor, de justiça e de paz.

A Divina Verdade de Cristo nos congrega, por meio de PAX ROMANA, neste XIX Congresso Mundial.

E todos vós haveis chegado, exactamente como o esperávamos, alentados por um magnífico entusiasmo que arderá ainda mais, com este mútuo contacto.

Haveis chegado até aqui, até esta cidade de Salamanca que guarda o seu espírito em pedras, para ouvir a voz daquele génio em ciência e virtude — mestre Francisco de Vitória.

Sob a sua inspiração, vamos trabalhar activamente nestes dias. Somos peregrinos duma finalidade que não admite tibiezas.

Bem-vindos sejais!

Os nossos esforços unem-se ao vosso entusiasmo.

Que todos sejamos um só no trabalho, como todos somos um só em nosso Ideal.

A PAZ DE CRISTO NO REINO DE CRISTO

(Texto da saudação dos universitários católicos espanhois aos congressistas do XIX Congresso de PAX ROMANA).

O XIX CONGRESSO MUNDIAL DA PAX ROMANA

★

Não pode o mundo dar-se a Paz. E só em Cristo a terá. «Pax Romana» é Paz de Cristo na consciência e no mundo.

★

«Pax Romana» é ordem cristã e esforço apostólico na confissão do primado de Pedro.

★

«Pax Romana» é amor e respeito mútuo das nações independentes e livres.

«ALA», com a presente página, pretende mostrar aos seus leitores o que é a PAX ROMANA e quais os motivos porque se reuniu em Espanha o XIX Congresso Mundial daquela organização.

Nos próximos números apresentaremos algo do que ali foi tratado: assuntos do mais actual interesse para todos nós e que vieram orientar, com uma clareza impressionante, todos os pontos de vista que o universitário católico deve assumir, independentemente de individualismos nem sempre fundamentados em bases sólidas.

ACTIO CATHOLICA

Roma, li 21 de mayo de 1946

Senhor Presidente de PAX ROMANA:

A reunião do XIX Congresso Mundial de PAX ROMANA, oferece-me uma ocasião gratíssima para fazer chegar a S. S., aos membros do Secretariado Permanente e aos Delegados das várias nações as minhas felicitações, votos e augúrios, que são um gozoso reconhecimento do seu fecundo desenvolvimento e dos magníficos resultados obtidos nestes vinte e cinco anos e ao mesmo tempo estímulo e alento para retomar o trabalho que os graves acontecimentos suspenderam durante vários anos.

Posto que a finalidade de PAX ROMANA é «realizar no meio universitário o desenvolvimento da doutrina da Igreja», a comemoração do P. Vitória, oferece à Organização não só uma ocasião propícia para recordar a sua doutrina, mas também para orientar no futuro a actividade dos seus membros, depois das minas semeadas por esta terrível guerra, ocasionada, principalmente, por uma ciência separada da Fé; mais ainda, em oposição com ela.

PAX ROMANA deve propor-se, em primeiro lugar, fazer sobressair os princípios duma moral internacional, para a reconstrução duma ordem internacional; isto é, para renovação das instituições internacionais no espírito do direito cristão das gentes.

Além disso, PAX ROMANA deve ter sempre presente qual é a sua missão no mundo. UNIVERSITÁRIOS CATÓLICOS quer dizer união entre a fé e a ciência, feitas viva e fecunda realidade; clara e triunfal apologia da Fé, sublime elevação e santificação.

PAX ROMANA deve orientar, portanto, o estudante universitário, deve dar-lhe uma visão católica do Universo, deve ajudá-lo a julgar e criticar à luz da revelação divina as diversas e mutáveis teorias, as doutrinas e os programas da sabedoria humana. Ao mesmo tempo, coordenará a piedade com o estudo, assegurando a participação cada vez mais viva e activa dos intelectuais na vitalidade da Igreja, nas suas múltiplas e inesgotáveis manifestações.

Desejo vivamente que este Congresso, que se celebra em Espanha, berço do Direito Internacional e de Gentes, onde o sentido cristão inspirou e continua inspirando as suas leis, contribua grandemente para a difusão da mais viva luz sobre problemas tão vitais para a futura ordem do Mundo.

Com estes desejos elevo as minhas mais ferventes súplicas ao Senhor, Doador de toda a luz, para que se digne derramar as mais copiosas bênçãos sobre o Congresso.

Reiterando o testemunho da minha maior consideração, sou sempre ao seu dispor

J. CARDEAL PIZZARDO

Atenção, universitários católicos!

Todos os jucistas que no corrente ano forem frequentar os cursos de oficiais milicianos devem comunicar o facto à Direcção Geral da J. U. C. com a necessária antecedência, afim de receberem instruções sobre o apostolado que, durante esse período, lhes cabe exercer entre os seus camaradas.

Onde está um jucista deve estar um apóstolo! A «Obra dos Soldados» conta convosco!

RAPAZES DIFERENTES!

apreciados por uma rapariga...

LI, no último número da Ala, um belo artigo intitulado «Raparigas Diferentes». Li e gostei, mas respondo, pedindo desculpa ao seu Autor da sinceridade rude com que o faço.

Raparigas diferentes as raparigas católicas? Sim. Mas, se exigem tanto de nós, eis-nos a fazer bem alto a mesma reclamação — os rapazes católicos devem, têm de ser diferentes. É necessário igualar as exigências de parte a parte. É velho costume do portuguesinho exigir tudo da Mulher sem olhar para si mesmo, sem ver que só tem o direito de pedir à Rapariga que seja diferente, se ele for diferente também. A hora que passa não é para os medíocres e, se não querem que nós o sejamos, tratem de subir da vulgaridade, do «standardizado» menino de hoje, para os longes dos ideais mais elevados.

«A rapariga católica — diz-se nesse interessante artigo — não é uma rapariga vulgar». Pelo menos, não deve sê-lo. Digo mais ainda: em regra não o é, aparenta ser vulgar, vulgaríssima por vezes, porque os rapazes o são (ou quem sabe se aparentam sê-lo, da mesma forma?!).

Porquê? Todos sabemos que as personalidades bem marcadas são raras e que poucas pessoas se encontram, capazes de resistir a influências exteriores; por isso mesmo se adaptam com facilidade e quase insensivelmente, para melhor obterem os seus fins. Conheço vários exemplos que confirmam o que acabo de dizer.

A rapariga católica, «diferente», como se pinta a traços largos no artigo em questão, não é apreciada pelos rapazes católicos. É duro dizê-lo, mas é assim, em geral. Ponhamos as cartas na mesa, nada de mentiras escusadas, olhemo-nos cara a cara. O rapaz católico, o jucista até, procura a rapariga que o diverte, a pequena que fale com graça o calão, que tenha gestos estudados embora pareçam simples e que permita as liberdades a que chamam, impròpriamente, modernas. O «flirt-desporto» começa, prendem-se, casam, e eis a desilusão ou a felicidade — há de tudo!

O rapaz católico, como o que o não é, na grande maioria, afasta-se da rapariga diferente, tão habituado está ao tipo único. Não gosta da rapariga sensata, que o mantém no seu lugar, digna, um tudo nada altiva na sua dignidade e que fala de assuntos que não sejam frivolidades.

Conheci uma rapariga, bastante feia, mas dotada duma inteligência excepcional e duma firme formação moral e religiosa. Disse um dia, amargamente, que daria toda a sua inteligência e cultura por um palminho de cara pois, segundo as suas palavras friamente observadas, os rapazes, ainda os de mais valor, só perdoam a uma rapariga que seja inteligente e culta se for bonita!! Perguntamos: que mentalidade é esta a de rapazes que se dizem católicos? Fraco catolicismo o daqueles que só se preocupam com a beleza da cara, sem lhe sobreporem a beleza da alma!...

Um outro exemplo, doloroso até — uma rapariga dotada, embora em menor grau talvez, das qualidades da primeira citada, e nada feia. Deixei de a ver, durante uns anos em que frequentou uma Universidade diferente. Encontrei-a mais tarde, com um aspecto totalmente diverso. Da pintura discreta que usava, mudou para uma máscara de iodo e baton forte, unhas sangrentas e uma forma de vestir nada cristã. Evidentemente que o valor moral duma rapariga não se mede pela maior ou menor dose de pintura, pela cor das unhas ou modo de vestir — isso nunca!, doa que não doa aos moralistas! Hoje, todas as raparigas se pintam e se cingem à moda, ou deixando-se subjugar por ela completamente, ou impondo-lhe um pouco de si mesmas.

Mas passe este parêntesis e voltemos à nossa história. Em termas, convivi de novo com ela e alarmou-me um pouco a sua maneira de pensar, tão diversa da que lhe conhecia. Mais admirada fiquei quando, no domingo seguinte, a não vi na Missa. Falei-lhe francamente e respondeu-me ela, a antiga jucista, que se tinha deixado dessas cousas, não tinha tempo nem disposição para cumprir sempre. Levei-a a confessar a verdade. Contou-me então, não sem uma pontinha de revolta, que, enquanto se manteve a mulherzinha sensata doutros tempos, embora moderna, porque o era, os rapazes fugiam dela, não conseguia prender nenhum, nem mesmo aqueles que mais admirava no seu valor intelectual e moral. Resolveu-se, portanto, a tornar-se igual às outras e desde aí não lhe faltaram pretendentes. Divertiu-se a valer, conforme disse, e um dos tais universitários que ela mais admirava apaixonou-se, só então, por ela! Casaram e até agora têm sido felizes, à sua maneira.

Estes dois exemplos, escolhidos dentre os muitos e muitos que conheço, mostram claramente uma das razões por que as raparigas de hoje parecem ser vulgares. Estudem-nas e hão-de notar que, no fundo, o não são ou não queriam sê-lo. Tornam-se para agradarem.

Os rapazes que me lerem, se me lerem, hão-de rir-se, troçar. Sabemos muito bem que a ironia é o último recurso quando falham os argumentos de defesa. Vão repetir que as raparigas, agora, só pensam em casar, seja com quem for. Pura ilusão! E que pensassem! Não pregam vocês a torto e a direito a missão da mulher, o papel da mulher como noiva, esposa e mãe? É pena, muita pena que todas essas palavras gastas em conferências, etc., não as ponham em prática começando por respeitar mais as raparigas, não procurando nelas o «flirt» que diverte, mas a noiva, a mulher que os fará felizes e a quem eles têm obrigação de dar a felicidade; procurando, antes, dar rumo às cabecinhas leves que a eles se dedicam, e fazer brotar o que há de bom — e que é tanto, Deus louvado! — no fundo dos seus corações juvenis; habituando-as a ser sinceras e a não quererem apresentar aquilo que não são, para que os rapazes, nomeadamente os «intelectuais», se não afastam delas com um — «que forte sensaborona!», ou «que chalada!» — isto usando da linguagem mais amável.

Sejamos francas, desassombradamente francas. Se as raparigas de hoje, incluindo as católicas, são ou parecem vulgares, os rapazes de hoje, incluindo os católicos, têm muita culpa, muita culpa. A rapariga católica torna-se banal porque os rapazes com quem convive o são, porque eles gostam que elas sejam vulgares. Elas, embora o não sejam, habituam-se à vulgaridade e quase sempre esse hábito se vai transformando, dia a dia, na sua verdadeira natureza. A princípio, vão-se modificando conscientemente, depois insensivelmente, até que ficam o que se chama a rapariga vulgar. Os rapazes não confessam essa sua culpa, não, mas se depois do «baile elegante onde embriagaram as raparigas» com os seus ditos, pensassem no mal que lá fizeram, na culpa que têm na vulgaridade feminina que tanto apregoam, nas responsabilidades santas que os esperam no matrimónio; se pensassem que não têm o direito de censurar as cabecitas ocas que eles tornam mais ocas ainda; se pensassem que os defeitos que encontram em tantas levianas são o resultado duma má educação ou dum mau ambiente de família desunida; se reflectissem em todas as causas que tornam as raparigas duma banalidade monótona, e na parte de responsabilidade que nisso lhes cabe — então seriam os primeiros a quererem tornar-se diferentes para merecerem a noiva com quem sempre sonharam. Sim, porque os rapazes, todos, sem excepção, anseiam por encontrar «ela», «a única». Não lancem esse sonho, sòmente para o coração das raparigas; eles também o têm, simplesmente não o confessam, e seguem caminho errado, divertindo-se, sem rumo, à custa de rapariguinhas afectivas, aparentemente frívolas e — o que é o cúmulo da mesquinhês de sentimentos! — alguns há que criticam àsperamente aquelas a quem tanto mal fizeram. Quero crer, todavia, que os católicos não entrem no número destes últimos.

Elas sonham com um lar todo feliz, na graça de Deus — troçam os rapazes, a rir. Eles pensam em divertir-se e gozar com loucura, sem olhar a consequências — dizem elas. Pergunte-se qual dos fins em vista é o mais honesto, o mais nobre — esse primeiro de que vocês troçam impiedosamente, apodando-o de «caça ao marido», ou esse segundo que só vos rebaixa, por vezes?

Lembrem-se, repito, que as personalidades fortemente definidas são raras, que são frequentes os carácteres fracos, incapazes de resistir a influências estranhas. Poupem ao menos essas que não têm culpa da falta duma formação sólida do seu carácter, tanta vez vítimas do ambiente familiar, de maus exemplos e más companhias, dum mau conselho, duma educação deficiente. Se são católicos, sejam coerentes e generosos e não façam andar à roda as cabecitas leves, irresponsáveis pela sua leviandade.

Exijam que a rapariga católica seja digna, seja diferente, mas respeitem a sua dignidade e sejam diferentes também. Pensem nas suas irmãs, pensem nas suas futuras noivas e preparem-se, por seu lado, para o casamento. Não é só à rapariga que deve reclamar-se uma boa preparação para que seja uma boa noiva, mas à mocidade masculina que frequentemente se avilta sei lá por onde, temos o direito de pedir que não deixe prender os pés na lama, que os rapazes sejam aquilo que nós esperamos deles — os noivos católicos, mas verdadeiramente católicos, não apenas em palavras mas em acções.

Ser moderno não significa ser avançado. Nós somos modernas e queremos que os nossos maridos o sejam — isto é, que vivamos o momento actual, que pertençamos ao nosso tempo, mas sempre com Cristo na alma.

Não é dum baile onde se dançou decentemente ou dum filme vulgar que pode vir o maior mal — as duas grandes distracções modernas da vida em sociedade das raparigas de hoje. Mais do que a nós, do baile ou do filme, pode advir mal aos rapazes doutros lugares que frequentam e que não constituem, certamente, uma escola de boa preparação para o casamento.

Se é um facto que do procedimento da mulher depende a conduta do marido, não é menos certo que, muitas vezes, desaparece a felicidade do lar por culpa do marido que não tenta compreender a companheira, impondo-lhe que ela o compreenda e tudo lhe perdoe; por culpa do marido que se julga rei e senhor, só com direitos de mandar e nada dar em troca, nem afeição, nem carinho, nem auxílio. Não devem ser apenas as raparigas a dar o exemplo, mas também os rapazes. Não são ùnicamente as raparigas que têm de preparar-se para a santa missão que Deus lhes destinou, mas os rapazes devem preparar-se igualmente para merecerem a noiva que exigem.

Sermos diferentes! Muito bem. Toda a rapariga católica tem obrigação de o ser, mas que os rapazes católicos sejam diferentes como nos pedem que sejamos, e só lhes reconhecemos autoridade para nos fazerem essa exigência, se deixarem, por si, de ser vulgares.

Pensemos bem, deixemos de nos censurar mùtuamente e respeitemo-nos uns aos outros e a nós próprios. Mais ainda: auxiliemo-nos reciprocamente a subir lá do fundo planinho e fácil em que vivemos, até ao Alto, até Deus. Só n'Ele, com Ele e por Ele conseguiremos, na verdade, ser noivas e noivos prontos a cumprir, a fundar um lar cristão — sermos, afinal, «diferentes».

Maria do Céu Pimentel Santos

...e por um rapaz

O meu amigo Manuel Ferreira tratou, sob o sugestivo título «Raparigas Diferentes», o assunto tão velho e, contudo, sempre actual da responsabilidade da rapariga católica em face do duplo aspecto da sua posição como filha e como noiva, isto é, como futura dona de casa.

O trabalho agradou-me imenso pela maneira despretenciosa, simples e realista como o problema foi encarado, à parte a ideia com que se fica, para mim errada, de que o dever até às suas últimas consequências exclusivamente obriga a rapariga católica. Não duvido que o Manuel Ferreira tenha sido traído no seu pensamento e que simplesmente desejaria afirmar que, embora o carácter de universalidade essencial do Dever obrigue todas as raparigas por igual, o que é certo é que há uma relativa superioridade de responsabilidade da rapariga católica em virtude dos meios de que dispõe.

Mas não me proponho criticar nem muito menos diminuir, o que seria injusto, o seu artigo. O que deixo dito vem, apenas, para dizer que a leitura das palavras do meu colega me trouxe à memória aquele «protesto consciente das raparigas», inserto numa das colunas do número de «Ala» de 6 de Maio passado e firmado pela mão de «Uma Jucista de Medicina».

Na verdade, muito receio que «Raparigas Diferentes» seja mais um espinho a ferir o coração da nossa companheira de ideal não, evidentemente, pelo que toca ao seu conteúdo em si, mas pelo que pode representar de unilateralismo, unilateralismo esse de que já se fazia eco no citado «Protesto». Senão ouçamos:

«Segui com interesse a série de artigos publicados, meditei-os mesmo e verifiquei que eles eram feitos mais em relação a nós, raparigas, isto é, pediam-nos a nós mais responsabilidades que ao rapaz, a quem competia apenas saber observar, para depois saber acertar na escolha.»

Havemos de convir que esta censura é muito justa e continua a sê-lo, muito embora os últimos artigos que vieram à estampa na secção «Problemas do nosso tempo», como aliás o faz notar ainda aquela Jucista de Medicina, tenham resolvido, em parte, a questão.

É de esperar, pois, que Dirigentes e Colaboradores de «Ala» se interessem a fundo por este ponto fazendo justiça às exigências das raparigas. Se até aqui foram traduzidas — e com grande felicidade — as nossas exigências com respeito às nossas noivas, é lógico que ouçamos, agora, as suas a nosso respeito. Para isso, papel importante cabe às nossas companheiras, pois ninguém melhor do que elas pode formular e defender as suas justas e naturais pretensões.

Desejo ainda, abordando o segundo ponto fundamental do «Protesto», em que com calorosa veemência e justa indignação se incrimina «grande parte da mocidade masculina» pela «devassidão e baixeza em que se vive», desejo ainda, repito, fazer notar que, em Portugal e, particularizando, nas nossas Universidades, existe um bom escol de rapazes conscientes do seu dever que luta e vence por isso que sabe para que luta e por que luta.

Mas este punhado de heróis do dever tem o pleno direito de reclamar dos outros jóvens a boa fama a que tem jus e que, por vezes, tão càusticamente vê atacada não no que se refere a si próprio, considerado isoladamente, mas enquanto faz parte da mesma juventude da nossa terra.

Rapazes de Portugal, apelo para o espírito de solidariedade, união e camaradagem, que é apanágio da nossa idade. Não comprometamos individualmente o que é de todos, o que há-de ser património conquistado por todos — a nossa honra!

Queremos raparigas diferentes... e porque não rapazes diferentes?

É necessário poder dar para poder haver capacidade de receber; os direitos e os deveres são recíprocos — a lei é dura mas é lei.

Amílcar Gil Alves

Impressões dum universitário que foi estagiar a Angola, visitando-a pela primeira vez

ACHANDO que é interessante dar a conhecer aos leitores do «ALA» o que mais impressionou um colega nosso que foi estagiar em Angola, tendo lá ido pela primeira vez, entrevistei com esse fim o José Amorim Ferreira que é um dos melhores alunos do 5.º ano de Civil do I. S. T. e que mereceu ser um dos escolhidos pelo Ministério das Colónias para ir a Angola, pelas suas qualidades de trabalho e de aplicação ao estudo.

Explicado o motivo desta entrevista, iniciemo-la então:

— Como começou a tua viagem?

— A viagem que realizei no verão passado começou em 7 de Julho, em Lisboa, onde se reuniram os três estudantes de Engenharia Civil e dois de Engenharia de Minas que o Ministério das Colónias escolhera para mandar a Angola, acompanhados pelos srs. Engenheiros Ayres da Silva do I. S. T. e Campos e Matos da F. E. do Porto. Pretende o Ministério com estas viagens anuais criar no meio universitário, no ramo de engenharia, em especial, um interesse pelas nossas colónias que nos faça conhecê-las melhor, estudá-las e trabalhar por elas. Por um lado, dá-nos a nós que lá fomos e aos mais que lá forem a oportunidade de observar directamente a terra, sobretudo a população e a sua obra, a indústria, a agricultura e a administração. Por outro lado, estimula a curiosidade dos que sabem que fomos, que nos conhecem e com quem conversamos. Por isso te agradeço permitires que por intermédio do jornal da JUC converse um pouco com os meus colegas sobre o que fiz e o que vi em Angola.

— Creio que todos terão gosto em te ouvir. Descreve-nos então o percurso que seguiste em toda a viagem e o que mais te impressionou no mesmo trajecto.

— É claro que a nossa atenção se dirigia sempre principalmente para o campo a que todos nos ligáramos: Engenharia. Por exemplo, logo na segunda escala do navio que nos levava, em S. Tomé, dividimos o pouco tempo de que dispunhamos entre a visita a uma roça e ao aproveitamento hídro-eléctrico do rio Manuel Jorge, para fornecimento de energia à cidade de S. Tomé.

A primeira escala fora na Madeira, por pouco tempo. Depois de S. Tomé já só parámos em Angola; e, como o primeiro português, em Sto. António do Zaire. Depois Luanda.

Em Luanda permanecemos perto de um mês: o tempo de que precisávamos para os nossos trabalhos — no porto, na Repartição de Obras Públicas, na Brigada de Construções. Os mineiros, entregues à Repartição de Minas, trabalharam nas minas de ouro, no Enclave, nas de mica e nas de manganês em Vila Salazar. Aproveitámos o tempo livre para viagens aos locais próximos de maior interesse: fomos ao Dondo e a Catete; visitámos a fortaleza de Massangano; vimos obras de engenharia; visitámos fazendas e plantações.

Ao fim de um mês deixámos Luanda, e iniciámos a viagem pela colónia. Para que a visita fosse completa quanto possível e atendendo às possibilidades de transporte de que então se dispunha na colónia, dividiu-se a viagem em três etapas: visita à Lunda, descida do caminho de ferro de Benguela e visita a Sá da Bandeira.

A Lunda intetessava-nos por ser aí que a Companhia dos Diamantes de Angola explora a maior riqueza da colónia. A viagem para o Dundo, centro da exploração, na extremidade do Nordeste de Angola permitiu-nos visitar Malange e os seus famosos arredores. Depois da visita completa às instalações de Diamang seguimos para Vila Luso, ao Sul, onde começou a segunda etapa da viagem.

Em Vila Luso tomámos o comboio da Companhia dos C. F. de Benguela que nos permitiu visitar Silva Porto, Nova Lisboa, Benguela e Lobito. Nova Lisboa mereceu-nos uma visita mais demorada: interessavam-nos as oficinas do C. F. B., a instalação hídro-eléctrica — a maior de Angola, em existência —, a própria cidade e os arredores.

No Lobito, que nos encantou, começou a terceira etapa da viagem; embarcámos no «Quanza», que nos levou a Moçamedes. Tomámos o C. F., atravessámos o deserto, subimos a serra do Chela, e desembarcámos em Sá da Bandeira. Nesta cidade permanecemos mais de duas semanas, em contacto com várias brigadas de engenharia: a brigada de estudos de construções, a brigada de Caminhos de Ferro e a brigada de Hidráulica. Fomos a Otchinjau, Chivinguiro, estação zootécnica da Humpata, Chibia, etc.

Depois foi o regresso: novamente de C. F. para Moçambique, onde tomámos o «João Belo», que nos trouxe a Lisboa. Na viagem fizemos escala no Príncipe, por poucas horas. Chegámos a Lisboa a 29 de Outubro.

Que passeios te encantaram mais?

— Os passeios às quedas do Lucala, em Duque de Bragança, à baixa de Cassange, a subida da serra da Chela e o atravessamento do deserto de Moçamedes são, por assim dizer clássicos, mas não me desiludiram. O passeio à brecha do Bimbe, na Humpata é igualmente interessante, embora menos conhecido.

— Que te impressionou nas cidades angolanas?

— Na costa, vimos uma cidade moderna, o Lobito e uma cidade antiga, mas com tão grande desenvolvimento moderno que o antigo quase desaparecia: Luanda; pouco longe da costa, sobre o Quanza, uma grande cidade de outros tempos, centro de escravatura e porto fluvial: o Dondo. No interior vimos uma

cidade jardim, de características muito especiais, e duas cidades de vinte anos — Vila Luso e Nova Lisboa. Em Sá da Bandeira fomos encontrar uma cidade com tradições, centro de uma região há muito colonizada, com um princípio de industrialização, que se mantém em franco e ordenado progresso.

— Missões — viste algumas? Com que impressão ficaste delas?

— Não tive oportunidade de visitar nenhuma missão. Quando estávamos em Sá da Bandeira pensou-se na visita à missão de Chivinguiro. Mas não chegámos a lá ir por falta de transporte. Durante toda a viagem pelo interior lutámos com duas dificuldades: a dos transportes, que era aguda em toda a colónia, devido à guerra e a falta de tempo. Tínhamos cinquenta dias para ver Angola, e dávamos a primasia ao assunto que lá nos levara: a engenharia.

— Em que estado achas a economia de Angola? Diz-nos as tuas impressões acerca da sua agricultura, indústria e comércio. Que ouviste e que pensar do seu futuro?

— Não sou eu, estudante de engenharia, que te possa dar ideia do estado da economia de Angola. Mas posso apontar-te alguns aspectos dessa economia que me impressionaram, e que muitos em Angola me fizeram ver. O primeiro é a falta da mão de obra indígena sobretudo na agricultura. O indígena de Angola considera o trabalho agrícola mais próprio da mulher; isto de resto sucede também nalguns pontos da Metrópole. Por outro lado trabalha com gosto em certos ramos da indústria, em especial no que se refere a ofícios mecânicos. Cito como exemplo o facto da Companhia dos C. F. de Benguela nunca ter tido dificuldade em arranjar operários indígenas para as suas oficinas de Nova Lisboa. As grandes companhias agrícolas, os empreiteiros das obras de engenharia, etc. não podem contar só com mão de obra voluntária. Tem por isso os seus angariadores que percorrem o interior, às vezes regiões muito distantes do local de trabalho, firmando contratos com os indígenas. Os contratos têm que obedecer a certas normas, impostas pelo Estado, que assim pretende defender o indígena. Mesmo por este processo há sempre dificuldades, e citam-se em Angola companhias com concessões riquíssimas que nunca conseguiram prosperar devido, em parte à falta de mão de obra indígena.

Devo referir-me ainda a outra necessidade da economia de Angola: a de técnicos. E digo técnicos num sentido muito geral, referindo-me a todos os indivíduos cientificamente preparados para executar um trabalho. Infelizmente em Angola tem imperado o amadorismo e a improvisação, com grave prejuízo da colónia, dos amadores e de quem neles confia. Começa-se agora a enveredar por outro caminho e hoje, há trabalho em Angola para todos os que souberem trabalhar, em todos os ramos da actividade e em todos os graus dentro de cada ramo.

Este problema parece mais fácil de resolver que o da mão de obra indígena: mas é preciso que muitos portugueses, e não poucos, como agora, voltem a ter o que todos pareciam ter há quatro séculos: mentalidade colonial.

— E que opinião tens acerca do futuro da economia de Angola?

— Quanto ao futuro da economia de Angola, parece difícil de prever, mesmo pelos que actualmente têm as melhores informações sobre as possibilidades económicas da colónia. Referindo-se à escassez da actual produção mineira da colónia e ao seu possível desenvolvimento, diz o Banco de Angola, que é especialista em economia e interessado na de Angola, no seu relatório de 1944: «Todavia a vastidão territorial de Angola, a sua complexa constituição geológica e, sob certos aspectos, a sua semelhança com a das colónias vizinhas, onde estão em activa exploração ricas jazidas de minérios, levam a admitir que neste campo, as possibilidades da província irão muito além das actualmente verificadas». Precisamente o muito de desconhecido que ainda há em Angola, deve estimular o interesse dos portugueses, e constituir um incentivo para o trabalho em Angola.

— E a respeito da agricultura?

— A posição da agricultura é muito diferente. O milho, o café, o açúcar, o algodão e o sisal são as maiores riquezas da colónia, depois dos diamantes; mas estes ocupam uma posição à parte, por só interessarem directamente a uma percentagem mínima da população da colónia. E pode prever-se que o trigo venha também a ocupar um dos primeiros lugares, em época mais ou menos próxima. O govêrno da colónia procede a estudos científicos para o desenvolvimento da produção.

— Sob o ponto de vista social qual a tua opinião sobre a situação da população indígena? Achas que se tem procurado elevar o seu nível de vida e a sua cultura para fazer progredir essas populações pondo-as ao par de nós? Qual a posição do branco perante o indígena?

— De um modo geral os brancos de Angola, individualmente, não consideram como seu semelhante quer o indígena, quer o assimilado, quer sobretudo o mestiço. Por outro lado ninguém dificulta e muitos promovem, o progresso dos que querem progredir. Mas trabalho sistemático de instrução e educação só o têm feito as missões. O Estado têm demorado o intervir; as empresas particulares só há pouco tempo se preocupam com o problema, que o Estado as obriga a considerar.

Do contacto de quatro séculos entre europeus e indígenas nasceu o indígena civilizado, ou, em linguagem oficial, o assimilado. Constitui um núcleo já hoje numeroso, que há-de vir a desempenhar um papel importante na vida da colónia.

— Que achas sobre a situação dos colonos brancos. São devidamente protegidos? Porque são tão poucos?

— Em primeiro lugar não se pode afirmar que os portugueses de Angola são poucos, em absoluto. Tem-se geralmente a ideia de que são poucos, tomando para unidade de comparação a África do Sul. Mas esquece-se geralmente além de outras cousas o seguinte, que é essencial: Angola fica compreendida entre os paralelos 4 e 18, em plena *zona tropical*; a África do Sul entre os paralelos 22 e 35, isto é, em plena *zona temperada*, chegando a uma latitude igual à de Marrocos. Os portugueses constituem ainda a maioria da população branca de tôda a África tropical abaixo do Equador; no Congo Belga, julga-se que o número de portugueses iguale o de belgas, o que é notável se pensarmos que entre os portugueses não há um único funcionário do Estado.

O que se pode dizer é que Angola deve comportar muito maior população branca que a actual. Mas não se deve pensar em aumentá-la artificialmente enquanto não se criarem as condições em que a colónia a possa manter. É precisamente neste ponto que deve intervir o Estado, e é a acumulação desta função com as que normalmente competem a um Estado não colonial, que torna particularmente difícil a sua acção nas colónias. O desempenho destas funções é, afinal, o que se pode chamar protecção ao colono branco, dentro do critério de colonização com fixação da população, que é, julgo eu, o que se pretende seguir em Portugal.

Se perguntamos aos portugueses de Angola se «a protecção» tem sido suficiente, responderão normalmente que não; mas deve notar-se que o colono é interessado no problema, reconhece o interesse que o Estado tem nele e não pode senão lucrar em não se declarar satisfeito.

— Qual a tua opinião sobre o funcionalismo e daqueles que vão a Angola para ganhar uns cobres e depois regressar à Metrópole?

— Dado o papel especial que tem o Estado na colónia é evidente a importância do trabalho dos seus funcionários que são afinal, os seus instrumentos. O papel do funcionário de Estado é um pouco ingrato; sofre as queixas do colono contra o Estado, e não tem o mesmo estímulo material para o trabalho; por outro lado, como na metrópole, não é bem pago, de um modo geral. Mas sucede que geralmente se apaixona pelo seu trabalho, e pela colónia, e passa a ser um verdadeiro colono.

O português que «vai a Angola, ganha uns cobres e volta a Portugal» existe e existirá por muitos anos. Há mais de 100 anos que o Brasil não é português, a América do Norte nunca o foi, e a-pesar disso ainda há muito quem lá vá, ganhe uns cobres, e regresse a Portugal. «Fazer o campanha de África», como lá se diz, talvez não seja louvável, mas não é, concerteza, desprezível.

— Sob o aspecto social que pensas do futuro de Angola?

— O futuro de Angola sob o aspecto social está condicionado, em grande parte, pelo seu futuro económico; se é difícil prever êste, mais difícil é prever aquele. Parece seguro que o número de assimilados aumenta, o seu nível de civilização suba e a sua influência na colónia cresça. Não creio que esta evolução se dê ràpidamente.

Quanto aos brancos, parece-me impossível, quando não se conhece o seu futuro social na Europa, prevê-lo em África.

— Quais os governadores de Angola que mais se distinguiram?

— Em Angola apontam-se como tendo tido principal influência no destino da colónia, ou que mais trabalharam por ela os seguintes governadores:

Paulo Dias de Novais — o primeiro de todos.

Salvador Correia de Sá — que reconquistou Angola.

Sousa Coutinho — foi governador no século XVIII e o primeiro que tentou o verdadeiro desenvolvimento de Angola: iniciou a exploração dos asfaltos e criou as indústrias do ferro, que depois desapareceram.

Paiva Conceiro — desaparecida a tentativa de Sousa Coutinho foi o iniciador da colonização de Angola.

Não queria falar de vivos, mas tenho de mencionar dois, da geração passada, que deixaram bem vincada a sua passagem por Angola: Norton de Matos e Vicente Ferreira.

— Achas que a JUC — como movimento de formação integral católica dos universitários — poderá formar uma mentalidade nova criando uma élite de técnicos que sacrificando as suas comodidades e não ambicionando mais do que o necessário para viver, desejando só servir (e não servir-se) — desprezando o burguesismo numa palavra — e auxiliados com o mesmo espírito pela JOC e JAC, façam de Angola um grande país que aproveite *a todos* os portugueses e aos nossos filhos?

(*conclue na pág. 5*)

desporto universitário

MAS ADIANTE...

VAI acabar outro ano de farsa! 1945-46 está no fim. Mais um ou outro exame, e as férias esperam por nós com um ansiedade, que só é excedida pela ansiedade com que nós esperamos por elas!

A ocasião convida a um sumário balanço final, a este fantasma que muitos persistem em alcunhar de Desporto Universitário...

Vejamos se a Inspecção do Desporto Universitário da M. P. — única entidade com poderes directivos neste assunto—cumpriu como devia o seu papel.

E, frisando desde já que não queremos atacar pessoas, pois que em todos, graças a Deus, temos boas amisades, emos de confessar que, por enquanto, nada se viu de útil.

Não sei, na realidade, se houve facilidades, ou dificuldades; se o Ministério da Educação Nacional por pensar muito a sério no problema, proibiu a I. D. U. de tocar no assunto e lhe deu apenas licença de organisar uns pseudo Campeonatos Universitários.

Nada sabemos.

O que há de concreto é que se persiste em começar a construção duma casa pelo telhado! E tudo há-de ruir, porque as paredes não oferecem segurança nenhuma. É tudo fictício.

Cremos que, com a organisação dos Campionatos Nacionais Universitários se gastaram cêrca duma centena de contos — pelo menos, o ano passado, no Porto, a despesa orçou essa cifra.

E, estamos certos do que nem um escudo foi dispendido para instalações desportivas nas Escolas Superiores.

Não se pensará ainda no caso, ou julgar-se-á que o que todos nós queremos é ter campeões na Escolas que sejam capazes de ganhar muitos títulos, ainda que toda a grande massa académica seja raquítica e enfezada?

Não é este o meu ponto de vista, nem o é, certamente, de quem dirige.

Porquê então, quem tem responsabilidades como os diligentes do I. D. U., não toma uma atitude, negando-se a colaborar enquanto as coisas estiverem nêste pé, para que o seu trabalho, embora muito vistoso, não se possa sugeitar às críticas e queixas amargas da nossa grande massa estudantil?

Para quê organizar Campeonatos, sem primeiro organizar o Desporto Universitário?

É isto, senhores, que nós queremos. A nossa juventude compreende perfeitamente o papel que a educação física representa na vida moderna, e principalmente o papel importantíssimo que ela representa na sua vida espiritual.

Não negamos mesmo que foi a M. P., com uma campanha séria, persistente e bem orientada, que deu essa consciência aos portugueses de hoje.

É exactamente por isso que nasceram responsabilidade, e que o Govêrno tem o dever extricto de se não furtar a elas, porque faiharia na sua Missão.

Os universitários portugueses não querem, direi mesmo mais, não podem continuar a viver numa situação assim.

Ainda agora, em Espanha, contactando com universitários de todos os paizes civilizados do Mundo, no Congresso da Pax Romana constatei com tristeza que Portugal era dos raros em que a educação física não singrava a par e passo com a educação intelectual, concorrendo para a educação integral que a Universidade tem o dever de ministrar.

Enfim! Já que os únicos meios que temos para agir são êstes, vamo-los utilizando e esperando resignadamente que um dia se lembrem de que em Portugal há uma mocidade àvida de viver, e que, infelizmente, ainda vai perdendo boa parte do seu vigor e do seu potencial, porque os únicos meios que a Universidade lhe oferece para praticar a educação física... são uma ou outra dispensa às aulas para assistir aos pomposos Campeonatos Universitários !!!

Vivit sub pectore vulnus...

* * *

Mas vamos lá ver o que se fez, e o que não se fez.

Dos primeiros, ocupámo-nos bastante durante o ano. Fizeram-se campeonatos regionais em Lisboa, e julgo que no Pôrto alguns, embora estes decorressem em silêncio para quem, cá de Lisboa, procura apanhar no ar tudo o que se passa e diz sobre o tal «Desporto Universitário».

Ai está um ponto que seria conveniente ser mais cuidado: propaganda metódica nos jornais e propaganda metódica na Universidade.

Por nós, por exemplo, agradeceriamos que, uma vez por outra, nos viessem parar às mãos algumas noticias oficiais, emanadas da I. D. U. e julgamo-nos com todo o direito a isso.

Mas adiante...

Nem todos os campionatos regionais se realizaram. E um não houve, cuja falta é imperdoável — o de natação.

Mas adiante... porque com a falta de piscinas...

Em Coimbra, está claro, não houve campeonatos regionais. Apenas umas honestas provas de selecção para os estudantes que deviam vir passar uns agradáveis dias a Lisboa, por altura dos tais Nacionais Universitários.

Mas adiante... porque com a falta de instalações...

Depois, em Abril, realizaram-se na capital os célebres Campeonatos Universitários que nos fizeram perder muitas aulas para podermos assistir a alguns dêles.

Mas adiante... porque a educação física não é um complemento... É apenas um divertimento!

Nesses campeonatos, entre várias coisas muito divertidas e curiosas, tivémos ocasião de observar alguns universitários, simples amadores de modalidades desportivas, fazerem das fraquezas fôrças e baterem-se como leões, embora nem sempre conseguindo grandes resultados, contra profissionais dessas mesmas modalidades desportivas, e que por acaso são também estudantes universitários.

Mas adiante... porque esta pouca vergonha de juntar amadores e profissionais em jogos universitários, enquanto o assunto não estiver resolvido desde a base, há-de ser insolúvel!

Houve muitíssimas mais coisas divertidas e curiosas. Mas já em números anteriores focámos algumas, e também não é necessário forçar tanto a nota...

E agora, para o ano, o panorama que se depara, é já sabido:

— Atenção, Senhoras e Senhores, vai começar, dentro em breve, a construção do novo edifício do INEF junto do Estádio Nacional!

Os terrenos já estão marcados...

— Atenção, Universitário! Não faltes, logo à noite, no ginásio do Técnico, aos Campeonatos Universitários de Volley!

— Campeonatos Nacionais Universitários no Pôrto, em Abril de 1947!

Mas os alunos do INEF continuarão no seu pardeeiro de Benfica...

E os da Faculdade de Ciências continuarão a ter um ginásio que até mete impressão...

E, findas as aulas, a rapaziada lá terá de ir espairecer um pouco até à Paulistana ou outro café qualquer.

Ou então, Deus o permita, enganei-me redondamente, no que faço votos sincerissimos!

S. O.

CARTA AO JOSÉ MANUEL

(conlusão)

Há porções de horizonte onde não chegou ainda a sua luz, e que se correspondem, no íntimo do nosso ser, com regiões que são terra de missão, sombras de alma que ainda se não tornaram translúcidas ao olhar divino. É nossa empresa devassar essas regiões laicas, fazendo chegar a presença de Cristo às «terras viciosas». Que Ele, com a sua luz suavíssima, entre nos domínios do estudo e do desporto, dos divertimentos e da arte, da amizade e da família; e não como presença importuna, mas de tal modo que quando Ele estiver presente, tudo nos pareça mais claro e alegre, e quando estiver ausente, seja como se uma nuvem se interpusesse diente do sol, entristecendo a paisagem.

Mas onde vamos nós, Deus meu! Tiveste paciência para ler todo este testamento? De começo e para amostra, já é abusar. Desculpa, e desde já prometo que serei mais breve para a outra vez.

Adeus. Teu muito dedicado em Cristo

João Mendes S. J.

N. R. — Com a presente carta, temos a alegria de ver o Senhor Padre João Mendes iniciar uma secção no nosso jornal — secção essa que, conforme o texto da nossa petição, se destinará a esclarecer dúvidas e a ministrar alguns ensinamentos com o intuito de melhor compreendermos e realizarmos uma vida integralmente Católica e também perfeitamente Humana.

O nóvel colaborador, porque é uma das maiores glórias actuais como pensador e como escritor, dispensa qualquer apresentação.

E, além de tudo o resto, é bem conhecido da gente nova, a quem tem dedicado grande parte dos seus labores.

Queremos simplesmente testemunhar ao Reverendo Padre Jesuita a nossa profunda gratidão por ter atendido tão favoràvelmente o pedido que lhe fizemos e a certeza de que muito viremos a aprender com todos os conselhos que nos dirigir.

Ser e Movimento

(conclusão)

Aristóteles diz que a instrução se não tinha uma existência real no não-instruído, pelo menos existia nele possivelmente. Daqui, a possibilidade dum estado novo neste homem — o homem instruído. A instrução que existia em potência no não-instruído, tornou possível o novo estado de instruído, mas para que este último se torne real é necessário a intervenção duma causa eficiente.

É um só e mesmo ser que sofreu a mudança. Se assim não fosse, teríamos dois seres e não um ser que passa dum estado a outro. Portanto, alguma coisa permanece no movimento e alguma coisa desaparece. O movimento não envolve toda a realidade como queria Heraclito, e o ser, só por si, também não abarca toda a realidade como pensava Parménides.

Este número foi visado pela Comissão de Censura

ONDE VIVES?

Sim, onde onde vives tu, rapaz católico? Parecer-te-à estúpida a pergunta mas se pensares um pouco...

Ora experimenta fazer um exame de consciência. Sabes que vives na sociedade? Como ser social sabes que tens direitos mas que também tens deveres? Eu quero falar-te destes.

Já pensaste no que exije de ti a sociedade? Para ti, universitário, já pensaste no que exije de ti a tua escola?

Não queiras merecer aquela carapuça: «O século XX é o século da vulgaridade». É mera cobardia esse foco da luta. Tu tens que lutar na tua guerra: e a tua guerra é o teu problema, o problema da tua vida e é o problema da sociedade.

Não queiras fugir às tuas tremendas responsabilidades. A sociedade confiou-te uma grande missão. Vives nela, tens de a cumprir.

Foge dessa vida moderna, podre, da vulgaridade, da mediocridade, da fertilidade. Vive o teu tempo. Preocupa-te com os grandes problemas sociais.

O mundo espera de ti a tua parcela de trabalho para a Paz na terra.

Da tua cobardia pode falhar talvez um movimento. Tu só, será pouco, mas tu, eu, aquele e aqueloutro serão muitos.

Dá a tua parcela e terás cumprido o teu dever. E a tua parcela é dar-te todo. Não vives para ti, mas para a sociedade. Ou querias tu viver sempre nesse marasmo, nome a primor da cepa torta!

Onde está a cultura universitária? Onde está a vida plena dum jóvem? Ai... que poucos são os que me podes apresentar. Uma minoria. É um paradoxo: na universidade, uma minoria de universitários, de rapazes que prestam acima da fútil o elevado, o ideal, o bem escudado.

Levanta-te, não tenhas medo da luta. É lutar de facto. Lutar para te venceres, lutar para venceres o medo, lutar para venceres os problemas. Mas dos fracos não reza a história E o céu é para os violentos.

A sociedade espera por ti. Espera por ti a Verdade e o Bem.

Espera por ti o teu meio, espera por ti, católico, a Acção Católica, espera por ti o Mundo, espera por ti Cristo, cristão. És soldado de Cristo, pelo baptismo, e não combates? Onde tens as armas? Nada? Forte-exército o do Senhor.

«Sursum corda» e fé na vitória. Chegaremos lá, à vitória da Verdade e do Bem porque conosco está Cristo e nós somos «cor unum et anima una».

Luso Beirão

Impressões de Angola

(conclusão)

— A JUC pode formar uma élite moral católica, que em Angola não pode deixar de ser para desejar; o contrário, mesmo, seria negar a vantagem de uma elite moral numa sociedade. Em Africa não é vantagem, é necessidade. A propósito, lembro-me da frase de um companheiro na viagem de regresso, padre no Congo Belga; referindo-se aos portugueses do Congo disse: «Les portugais ont un grand coeur et une basse morale».

Quanto ás vantagens materiais que resultariam para a colónia de portugueses com a formação que resume sem «desprezar o burguegismo» elas são evidentes e fariam de Angola um país que aproveitaria materialmente a todos os portugueses.

Mas também beneficiará materialmente a colónia, que todos os que *souberem trabalhar* e disso tenham oportunidade, se dirijam para Angola na esperança de conseguirem condições de vida superiores às que teriam na metrópole, e que é legítimo procurarem com o seu trabalho.

Fernando de Melo (Reis)

ala

QUINZENÁRIO DOS UNIVERSITÁRIOS CATÓLICOS DE PORTUGAL

Director: José Luiz Abecasis — Redactor principal: Jorge Botelho Moniz — Editor: José Azevedo Mendes Administrador: Manuel Pelo — Propriedade: Juventude Católica — Redacção e Administração: Campo dos Mártires da Pátria, 43 — Comp. e imp.: Tip. Freitas Brito, Lda., Rua do Ferregial, 12 a 20 Distribuição a cargo da «Agência Internacional de Livros e Publicações» Rua de S. Nicolau, 116, 2.º

1$20 • Lisboa, 25 de Julho de 1946 • Ano V, N. 61

ECOS

SAUDAÇÕES

NO último Portugal-Irlanda em foot-ball e aliaz, em todas as outras competições internacionais efectuadas no Estádio Nacional — bastantes agentes da polícia, para não falarmos em muitos dos incontáveis fotógrafos ali sempre presentes, resolveram achar por bem não fazer a continência aos acordes dos hinos nacionais daqueles 2 povos.

Achamos justa a íntima revolta dos citados cidadãos pelo facto de, num acontecimento de semelhante natureza, os hinos serem tocados por uma simples grafonola, mas não nos parece certa a maneira como a exteriorizam:

— Porque nem as fotografias ficam mais nítidas pelo facto de se estar com o chapéu na cabeça;

— Porque também não é pelo facto de se não fazer a continência que se lembra às auctoridades competentes que existe na corporação da P. S. P., uma excelente banda musical;

E porque, além de tudo o mais, um hino nacional é sempre um hino nacional.

★

MÚSICA

A Câmara Municipal de Lisboa, com uma persistência digna dos mais rasgados encómios, promoveu na Estufa Fria uma série de concertos sinfónicos, o primeiro dos quais constituiu um verdadeiro êxito.

O público acarinhou como devia esta iniciativa, esgotando a lotação do vastíssimo recinto, e ouvindo com um agrado indiscutível todas as peças que Pedro de Freitas Branco dirigiu.

E todos nós só temos motivos de satisfação com estas manifestações, porque bem demonstram o nível cultural que o povo português começa a atingir.

★

CREDICES

RECEBEMOS, sorrimos... e reproduzimos:

«Corrente de Santo António de Padua»

Leia com atenção a corrente de Santo António de Padua e continue a mandar a 13 pessoas inteligentes e de boa vontade a quem desejar felicidade e boa sorte. Esta corrente foi enviada de França por um Coronel e deve percorrer o Mundo inteiro.

Leia com atenção e 24 horas depois de receber mande uma cópia por dia mas não a quebre — se fizer o que manda esta corrente, no fim de 13 dias receberá uma graça desejada por mais difícil que seja. Pedimos que não a rasgue porque lhe aconteceria uma desgraça.

* * *

Santo António rogae por esta carta e por nós. O prior Bernardo ganhou 150$00 no fim de 13 dias e o sr. major Mendes conseguiu a sua transferência para o Rio. Ao contrário o sr. Serafim perdeu o filho formado em Medicina, e o sr. Silvério ficou com a sua casa desfeita. Devemos fazer esta corrente e faze-la percorrer o Mundo inteiro, para que Santo António nos conceda uma graça desejada.

Mande uma por dia, e preste atenção que no fim de 13 dias receberá uma graça desejada».

E confessamos que rasgámos logo a carta rogando a Santo António de Lisboa pelos que confundem Fé com Superstição!

PROBLEMAS DO NOSSO TEMPO

Preparando o Futuro Lar

V — A Maternidade

O assunto de que vamos ocupar-nos é um dos mais importantes que possamos conceber.

Deus comunicou dois privilégios à humanidade: o primeiro é o sacerdócio, o segundo a maternidade.

Pelo sacerdócio Deus propaga a vida sobrenatural; pela maternidade, Deus propaga a vida natural. Pelos dois conjuntamente, continua a sua criação e completa o seu Reino eterno. Todos os eleitos nascerão ao mesmo tempo da mulher e do Espírito Santo. A glória de Deus receberá uma extensão maior ou menor, consoante o sacerdócio e a maternidade forem instrumentos mais ou menos dóceis do seu amor.

É preciso acrescentar ainda que se a santidade depende mais do sacerdócio que da maternidade, o número dos santos, e duma maneira indirecta, o seu valor, dependem, contudo, em primeiro lugar da maternidade.

A maternidade é um grande mistério. Não sòmente esta comunicação da vida, que duma pessoa faz nascer uma outra pessoa semelhante a ela, escapa por completo à nossa análise e mesmo à nossa inteligência; não sòmente a finalidade que preside à formação completa e ordenada dos diversos órgãos do corpo, na obscuridade inconsciente do seio da mãe, é uma maravilha diante da qual o espírito fica estupefacto; mas a maternidade é ainda um grande mistério em si mesmo, como dignidade e prerogativa espiritual da mulher.

De todas as coisas se pode falar mal ou bem. As obras de Deus têm todas, sem excepção, um lado de grandeza; é preciso iluminá-lo. O outro aspecto será repelido para a sombra quando o primeiro atrair os olhares.

Estamos hoje em face de duas teses: uma parece à primeira vista mais verosímil do que a outra, porque não encerra nenhum mistério espiritual. Consiste em dizer que a maternidade é uma função simplesmente fisiológica. A segunda, que vamos desenvolver, parece a princípio paradoxal, porque vai até ao fundo das coisas. Consiste em dizer que a maternidade é sobretudo uma função espiritual.

Da escolha que possa fazer-se da primeira ou da segunda destas teses resultam consequências imensas. Conforme se decide que a maternidade termina com a geração do corpo ou que exerce ainda direitos sobre a alma, assim se entrará pelo caminho do despreso ou do soberano respeito pela mulher. Daí uma concepção vil ou augusta do amor e dos esponsais, do noivado e do matrimónio, da família e da sociedade. Cada uma destas coisas veneráveis, que, no fim de contas, constituem a vida humana, se define duma maneira nobre ou vulgar — consoante a ideia que se faz da maternidade.

A mulher não é, efectivamente, senão um meio de satisfação da cobiça dos sentidos? Então o amor é uma forma de paixão, os esponsais uma empresa para seduzir, o matrimónio uma exploração, a família um encontro passageiro, a sociedade uma organização de libertinagem.

A mulher é para o homem um instrumento de expansão egoísta do seu eu e de domínio? Então o amor é um negócio, o casamento uma tirania, a vida de família uma escravidão, a sociedade um comércio de interesses. A mulher é, pelo contrário, uma colaboradora, cuja submissão ao homem não arrasta a abdicação dos seus direitos espirituais? Então o amor é uma admiração recíproca e um desejo de elevação mútua, os esponsais uma vocação a um ideal sobre-humano, o matrimónio uma cooperação com o Reino de Deus, a família uma sociedade quase divina, o fundamento necessário da sociedade humana, enquanto que o Estado não é mais que o protector das famílias.

Após vinte séculos de cristianismo, vivemos numa época em que se defrontam de novo os partidários destas duas teses acerca da mulher casada: o paganismo dum lado e o cristianismo do outro.

Nem no comunismo russo, nem no socialismo internacional, nem no nacional-socialismo da Alemanha, nem no paganismo eterno, vejo exaltar, ou sequer resplandecer, a dignidade suprema da mãe de família. O que se exalta, acima de tudo, é o Estado. Ao Estado pertence a criança e a sua educação. A mulher está ao serviço do Estado. É uma máquina viva de que o Estado tem necessidade transitòriamente para multiplicar os cidadãos. Explorá-la-á em proveito da cidade, dando-lhe subsídios, bem-estar, higiene, assistência médica e, se preciso for, excitantes religiosos e uma legislação favorável à prolificação. Far-lhe-á crer que, cumulada de bens naturais, deve ser feliz. Mas, na realidade, o que faz é reduzi-la à escravidão. E é por causa duma sobrevivência inconsciente do velho cristianismo que se não estabelece imediatamente a união livre fecunda ou a poligâmia, como mais provável ao domínio soberano dos Estados

Os teóricos e romancistas russos não são os únicos a libertar o casamento, como eles dizem, do «jugo dos teólogos», entendei, duma concepção espiritual da vida.

Os profanadores de amor cristão, como Norman Haire, Bertrand Russell, multiplicam-se por todos os cantos.

Também nas conversações mundanas a dignidade de mãe não só não é compreendida como ainda é rebaixada. Aí são troçadas estas pobres mulheres que aceitaram o encargo da maternidade. Dir-se-ia que constitue uma vergonha o ser mãe.

E quantas crianças, mesmo, não têm ideias falsas sobre este assunto? A seus olhos, seus pais não parece haverem adquirido uma honra dando-os ao mundo. Estas crianças revoltam-se por vezes contra o próprio dom da vida. Consideram-se como vítimas dum prazer egoísta dos esposos; não comprendem que, deste terrível presente da existência devam estar gratos àqueles que, no fim de contas, lhes parecem ter procurado, dando-lha, a satisfação dos seus instintos. Repetem-se as máximas de certos filósofos ou os versos de certos poetas do Pessimismo onde se proclama que os pais são os joguetes do «Génio da Espécie»; cegamente escravos da sua vontade, estes seriam constrangidos a suportar, por necessidade natural, as condições dos nascimentos. A vida a que derem origem será ao mesmo tempo um fardo e um perigo horroroso. Eis o que se ouve por vezes nos salões e se lê nos romances.

Todas essas teorias têm por ponto de partida uma ideia vulgar da geração: a mulher é rebaixada ao papel de simples propagadora da vida física. É do desconhecimento da função espiritual da maternidade que resulta este aviltamento da mulher.

No próximo artigo veremos em pormenor quais são os fundamentos desta função espiritual.

História do futuro

por JOÃO MAIA S. J.

Entardece. Cheinha de memórias
A brisa conta lendas afastadas
E lembra remotíssimas histórias
Dalgum país de génios e de fadas...

Um sorriso de múmia traz os restos
Desse Egito velhinho e construtor
Que a ver passar o Nilo, de olhos mestos,
Bemdiz a vocação de lavrador...

Escuto os passos dum pretor romano,
Olhando o seu império entardecido...
Quem dera o brilho desse olhar ufano
Fixando a ponte onde Átila é sentido.

Acende a minha vela de romeiro
Um peregrino asceta medieval...
Vai no seu rosto o rumo verdadeiro
Que leva à luz o místico jogral.

*

Meu Deus! Tudo já foi. Mas os cenários
Parecem climas onde já vivi
Da minha vida os ideais contrários,
Espectro da luz simples que há em Ti!...

Divago pelo sonho já vivido...
Nas cinzas do passado há restos meus.
Nesse mapa de sangue arrefecido
A minha alma diversa espelha os céus...

Lindos céus da quimera traduzidos
Nesse trémulo luar que me procura,
Onde os dedos dos mortos, comovidos,
Tecem a sua ausência fina e pura...

Que sede estranha a deste meu fadário!
Beber no tempo, em haustos ambiciosos,
A vária irisação do Ser plenário
Dispersa em tantos climas misteriosos.

*

Anoitece. Sòmente sinto agora
O murmúrio da vida mais desperto,
E a promessa longínqua duma aurora
Que deponha o maná no meu deserto.

Dê-me a manhã essa poção secreta.
Espumando o sabor que a vida tem.
Faz frio no passado, ó alma inquieta
Por voluveis memórias de ninguem...

Morno abismo de vozes apagadas
Em unânime e insondável agonia.
O silêncio das vidas consumadas
O meu próprio mistério pronuncia...

Condena-me ao futuro o mesmo ardor
Que adormeceu, no sonho inacabado
Dos heróis, dos Impérios, do esplendor
Dum dia findo apenas começado...

Meu Deus! és o mais certo litoral
Que as vagas a caminho conjecturam.
Espuma dum passado, glacial,
Meus desejos contrários Te procuram.

Hei-de contar-te o sonho e a ansiedade
Que eu tinha de viver co'os que partiram
E à orla branca da tua eternidade
O longe simultâneo reuniram!...

Hei-de chegar Senhor à tua idade
A época continua sem ter ontem,
E dar-me-ás que em certíssima unidade
Meus instantes perdidos lá despontem...